



Recebido em: 11/01/2024

Aprovado em: 03/06/2024

Publicado em: 12/07/2024

**DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL ÀS PRÁTICAS
INCLUSIVAS: o serviço de atendimento educacional especializado
como possibilidade de inclusão social**

**FROM THE HISTORY OF SPECIAL EDUCATION TO INCLUSIVE
PRACTICES: specialized educational assistance services as a possibility
of social inclusion**

**DE LA HISTORIO DE SPECIALA EDUKADO ĜIS INKLUZIVAJ
PRAKTIKOJ: la faka eduka servo kiel ebleco por socia inkludo**

Neimar Oliveira das Dores³⁸Felipe Doria de Oliveira³⁹**Resumo**

Este trabalho propõe uma análise da história da educação especial no Brasil e das práticas inclusivas no contexto educacional. Inicia-se com um contexto histórico desde o século XVI na Europa, marcando a transição do tratamento da deficiência de uma perspectiva teológica para uma abordagem médica e pedagógica. Destacam-se marcos importantes, desde a criação de instituições especializadas no Brasil até o momento atual da Educação inclusiva que revê práticas, procedimentos e prioriza o serviço de atendimento educacional especializado como alternativa eficaz no processo de inclusão escolar.

Palavras-chave: Educação Especial. Inclusão social. Práticas inclusivas. Serviço de Atendimento Educacional Especializado (SAEE).

Abstract

This paper provides a comprehensive analysis of the evolution of special education in Brazil and the emergence of inclusive practices in the educational context. Beginning with a historical overview from the 16th century in Europe, marked by the transition from a theological perspective to a medical and pedagogical approach to addressing disabilities, it highlights significant milestones, from the establishment of specialized

³⁸ Formado em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Pedagogia pelo Centro Universitário Ítalo Brasileiro (UNÍITALO), além disso possui pós-graduação lato-senso Educação Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado pela Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD). Atualmente é professor do Ensino Básico Técnico e Tecnológico no Instituto Benjamin Constant – (IBC-RJ). E-mail: cncurso@gmail.com

³⁹ Formado em Pedagogia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), além disso, possui pós-graduação lato-senso Educação Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado pela Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD). Atualmente é Técnico Universitário II no Colégio de Aplicação da UERJ. E-mail: lipenata17@gmail.com



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

institutions in Brazil to the present day, where Inclusive Education revises practices and procedures, prioritizing the Specialized Educational Assistance Service (SAEE) as an effective alternative in the school inclusion process.

Keywords: Special Education, Social Inclusion, Inclusive Practices, Specialized Educational Assistance Service (SAEE).

Resumo

Ĉi tiu verko proponas analizon de la historio de speciala edukado en Brazilo kaj inkluzivaj praktikoj en la eduka kunteksto. Ĝi komenciĝas kun historia kunteksto ekde la 16-a jarcento en Eŭropo, markante la transiron en la traktado de handikapo de teologia perspektivo al medicina kaj pedagogia aliro. Gravaj mejloŝtonoj elstaras, de la kreado de fakaj institucioj en Brazilo ĝis la nuna momento de inkluziva edukado, kiu revizias praktikojn, procedurojn kaj prioritatas specialajn edukajn helpajn servojn kiel efikan alternativon en la lerneja inkluziva procezo.

Ŝlosilvortoj: Speciala Edukado. Socia inkludo. Inkluzivaj praktikoj. Speciala Eduka Asista Servo (SAEE).

INTRODUÇÃO

A educação especial no Brasil tem uma longa história remontada do período imperial quando foram criadas as primeiras instituições especializadas para cegos e surdos até os dias atuais com revisões normativas e processos de adaptação e inclusão. Com o movimento de olhar para deficientes físicos e mentais não mais orientados pelo olhar religioso da Europa Medieval e sim com a compreensão médica, a Europa influencia um movimento educacional no Brasil império preconizando o que conhecemos hoje como inclusão na Educação Especial. Desde adoções de medidas normativas à prática de modelos educacionais, as posições iniciais do Brasil foram lapidando os avanços na Educação Nacional nos séculos XVIII e XIX.

Atualmente, ao que parece, refletimos mais amplamente políticas de inclusão e buscamos entender, produzir, reavaliar e aplicar práticas educacionais ao público-alvo da educação especial-inclusiva. Os termos “educação especial” e/ou “aluno especial” em si já se tornam controversos no cenário atual de mudanças motivadas por uma postura mais humanitária e reitera a afirmativa de um processo contínuo de reavaliação das práticas pedagógicas para os indivíduos-alvo da educação especial.

De recentes aberturas de classes especiais e recente “inclusão” de alunos às classes regulares, o movimento parece, a uma certa medida, repetir a receita já anteriormente vivida pelo público final destas práticas: segregação e esquecimento. Importa reafirmar que há um incômodo e sobre este termo iremos refletir neste trabalho



para buscar responder alguns questionamentos: De que maneira avançamos com a inclusão? O que mudou nas práticas educativas no século XXI ao público da Educação especial? Muitas mudanças ocorreram na forma como a sociedade lida com as pessoas com deficiência, mas o quanto tem sido efetiva esta mudança?

Este artigo buscará analisar dados de pesquisas e marcos históricos relevantes para compreender a evolução da Educação Especial no Brasil e as práticas inclusivas no contexto educacional. A partir de uma análise crítica e reflexiva, pretende-se destacar os avanços, desafios e transformações ocorridos ao longo do tempo, desde as primeiras medidas normativas até as atuais políticas de inclusão. A síntese deste trabalho visa não apenas revisitar o passado, mas também fornecer insights valiosos para o presente e o futuro da Educação Especial no país, ressaltando a importância do Serviço de Atendimento Educacional Especializado como uma ferramenta eficaz para promover a inclusão social e garantir uma educação de qualidade para todos os estudantes.

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Problema de saúde mental

O primeiro recorte é a inserção do tema à literatura médica, em meados do século XVIII na Europa transformou a atenção dada aos “retardado e cretinos”⁴⁰ o quê, segundo publicações da “*Encyclopédie*” francesa da época, fez emergir interesse aos que antes eram párias. Os doentes mentais, na Europa Iluminista passam a compor objetos de estudos e tratados dentre os quais mencionaremos alguns a seguir.

A obra *Sobre doenças que privam o homem da razão* (1567), Paracelso, médico defende pela primeira vez que a loucura era um problema de saúde pública e não uma questão moral ou teológica, com isso “afogar no lago” ou “orar”, orientação teológica medieval seria substituído por métodos e procedimentos médicos na atenção aos deficientes mentais na segunda metade do século XVI.

Outro que parece legislar em favor dos doentes mentais foi o médico, matemático e filósofo Girolamo Cardano (1501-1576), escritor italiano que advoga a causa dos doentes mentais adicionando motivações pedagógicas no tratamento aos

⁴⁰ Estes termos nomeavam, em seu tempo histórico, atual público da educação especial e inclusiva.



doentes: “*A mente humana é tão complexa e as coisas que a afetam são tão variadas que é difícil dizer com certeza o que causa uma doença mental*”. Cardano (1568) também advoga que forças não naturais e poderes especiais poderiam ser responsáveis pelos comportamentos tidos por “inadequados”. Certamente a ousadia da afirmativa iria revolucionar, a seu tempo pensamentos posteriores guiando motivações sobre o estudo da mente, pois o conceito social pessimista: Incapaz, deficiente, inválido começava a ser questionado pela ideia de habilidade específicas que o autor postula como “poderes especiais”.

Em 1650, Thomas Willis, em Londres, com sua publicação “*Cerebri Anatome*”, argumenta a deficiência mental como a ausência das estruturas de eventos neurais. Sua contribuição não altera de imediato a forma como eram tratados os deficientes mentais para sua época, o autor advoga a necessidade de estudar profundamente a mente, porém a visão religiosa era ainda bem aceita e bastante consolidada. Para Willis:

A idiotia e a estupidez dependem de uma falta de julgamento e de inteligência, que não corresponde ao pensamento racional real; o cérebro é a sede da enfermidade, que consiste numa ausência de imaginação localizada no corpo caloso ou substância branca; e a memória, na substância cortical. Assim, se a imbecilidade e a estupidez aparecem, a causa reside na região envolvida ou nos espíritos animais, ou ambos” (ROLIM, 2008).

Em muito pouco tempo, pode-se verificar que o pensamento filosófico em relação aos doentes mentais foi tomando forma e uma inclinação pedagógica, Étienne Bonnot Condillac, na obra “*Traité des sensations*” (1754) discute sobre a deficiência intelectual e a formação do conhecimento a partir das sensações. Ele aborda a noção de como a mente humana processa as informações sensoriais e como as experiências sensoriais são essenciais para o desenvolvimento do pensamento e da inteligência. O filósofo, dando continuidade aos estudos de John Locke (pai do liberalismo) argumenta ser a deficiência um mecanismo que altera a atividade social do indivíduo a partir de maior ou menor experiência, adicionando um caráter psicológico ao estudo de seu mentor. Condillac também defendia a prática educacional como alternativa de diminuir as lacunas de experiências que originaram o “idiotia”, indivíduo entendido como “tábula rasa” e que as interações biossociais e psíquicas seriam suficientes nesta equação. Vale ressaltar que a discussão da necessidade de educação desses indivíduos antes ignorados



começava a ser discutidas o que posteriormente resulta na criação das primeiras instituições educacionais Europeias.

No século seguinte é lançada a obra de Foderé chamada “Tratado do bócio e do cretinismo”, em 1971, sendo nesta obra, a ideia da genética e da hereditariedade foram acrescentadas ao conjunto de pensamentos a respeito do cretinismo⁴¹. Teses como as de carências nutricionais; doenças mentais como problema endêmico e ausência de condições sanitárias ideias são abordadas pelo autor, segundo Foderé, a carência de iodo nos alimentos e na água de regiões localizadas distantes do litoral resulta em maior incidência da doença da mente. Estes indivíduos estariam predominantemente distantes das regiões litorâneas, ricas em iodo. Sendo considerados, naturalmente pobres em iodo que estava presente na natureza. A ausência do iodo na glândula tireoide resultada nesta doença.

Em sua publicação a respeito de Foderé, Rolim acrescenta que foi a primeira vez que um autor da idade moderna relaciona a Surdez (indivíduos nomeados por idiotas) com fatores genéticos. “Esta é a primeira vez que um autor trata a surdez como problema de saúde relacionado a fatores genéticos e hereditários”. ROLIM: 2008

As instituições educacionais: início da mudança

O percurso médico contribuiu na idade moderna, sobretudo pela influência do pensamento humanista para repensar o papel das ciências em repensar aquilo que era teologicamente abordado, os doentes mentais. Capítulos mencionados nos parágrafos anteriores definiria os primeiros passos para a educação dos “idiotas⁴²”, “bestiais⁴³”, “retardados” e “cretinos⁴⁴” que passaria a ser abordado como um problema de saúde pública.

No Brasil, fruto da “*Noblesse Oblige*⁴⁵” é a criação do Imperial Instituto de

⁴¹ Cretinismo é o termo que se referia na idade média a “deficientes” mentais.

⁴² partir do século XVI, o termo "idiota" começou a ser associado a pessoas consideradas mentalmente deficientes, com a ideia de que essas pessoas eram incapazes de se integrar à sociedade devido a limitações intelectuais.

⁴³ Na história da educação especial, o termo era utilizado para descrever indivíduos com deficiências físicas ou mentais, muitas vezes associando-os a características animais ou selvagens.

⁴⁴ Na história da educação especial, esses termos eram empregados para descrever indivíduos que apresentavam desenvolvimento intelectual abaixo do considerado normal.

⁴⁵ Essa expressão reflete a ideia de que aqueles que têm privilégios, status social elevado ou poder têm aresponsabilidade moral de agir de maneira nobre, generosa e compassiva em relação aos outros.



meninos cegos (1854) e o Instituto dos Surdos-Mudos (1857) ambos nos moldes pedagógicos europeus, visava prestar atendimento especializado à deficientes possivelmente “mais intelectualizáveis” da época histórica do Brasil Império.

Com a fundação destas duas instituições, o imperador do Brasil aponta para um tendência de priorizar a educação especial dado ao notável hiato deste período de mais de 100anos entre o início da discussão da questão das deficiências físicas e mentais na Europa e seu consequente enquadramento como um problema de Saúde e a atenção aos Educandos da Educação Especial no Brasil. A criação da primeira do Imperial Instituto de meninos cegos, que ocorreu através de decreto 1.428, publicado em 12 de setembro de 1854; do Instituto dos Surdos-Mudos, decreto 4.046 de 19 de dezembro de 1867, embora integrasse o movimento fortalecimento da educação Nacional, vale ressaltar que foi anterior ao da criação de outras instituições de Educação no país, a saber: UFRJ, decreto 14.343 de 7 de setembro de 1920; Colégio Pedro II, decreto 19.890 de 18 de Abril de 1931 e Escola Nacional de Música, decreto 9.494 de 22 de Julho de 1946.

A Instituição para cegos, atualmente conhecida com Instituto Benjamin Constant, não foi pensada como instituição de saúde e sim como instituição educacional. A primeira instituição e educação criada no Brasil Império, uma instituição especializada. Ocorre que a cegueira nunca foi tratada como uma deficiência e sim uma condição que afeta a visão e não comprometeria indivíduos à vida, direitos sociais e trabalho, diferente das doenças da mente.

Diferente de como eram vistas as pessoas com outras deficiências, os deficientes visuais possuem maior possibilidade de socialização e inserção no mercado produtivo, havia uma crença de ouvido absoluto (indivíduos com maiores aptidões musicais). A vocação da escola criada para meninos cegos era, prover educação aos detentores da ausência do sentido da visão, sem dúvida, já instalaria uma promessa de separar o grupo de alunos “especiais” e tido como “normais”.

O caminho tomado pelo Brasil na atenção dada aos doentes físicos e mentais retoma em maior proporção um caminho pedagógico a um médico, Esta afirmativa baseia-se no fato de não se perceberem literatura que aponte, instituições médicas brasileiras voltadas à atenção psicossocial da pessoa com problemas mentais.

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.**Documentos Normativos**

No período pós-Estado Novo (1945), a Constituição de 1946 estabeleceu a educação como direito para todos, preconizando princípios de liberdade e solidariedade humana (Constituição Federal: 1946, Art. 205). No entanto, antes da década de 1960, as classes especiais eram limitadas.

Medidas no Estado Novo que originou as reformas do ensino Primário, Profissional e Normal em 1929 não incluíam o público-alvo da Educação Especial nas pautas de discussão da Educação de maneira a refletir uma política de estado. A chegada da Psicóloga e Pedagoga Helena Antipoff ao Brasil e a consequente publicação de sua obra “Educação dos Bem-dotadas” em 1930 e as reflexões da autora sobre a deficiência intelectual contribuíram tanto na formação docente como no início de uma revisão da política de estado. A autora se destacou por seu trabalho na área da educação especial e na promoção dos direitos das pessoas com deficiência.

Entre as décadas de 30 a 50 o que se praticava em educação especial era concentrado em instituições prioritariamente privadas, poucas escolas especializadas, públicas e particulares, foram inauguradas em Santa Catarina, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. Em 1948, a Sociedade Pestalozzi (Rio de Janeiro), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APPAE /Rio em 1954 é exemplo de uma destas instituições.

Na segunda metade do século XX, o Estado passa a mobilizar-se, em termos de legislação, passou a perceber um movimento de normativas do Estado brasileiro a partir de 1960, a seguir um resumo das leis publicadas:

Ano	Normativa	Síntese
1961	Lei N.º 4.024, Lei de Diretrizes e Bases da Educação - artigos 8º e 9º	Tratavam da educação dos “excepcionais”
1967	Ministério de Educação e Cultura	Criou uma comissão para estabelecer critérios de identificação e atendimento aos superdotados



1971	Lei 5692 – artigo 9º	“Tratamento especial aos excepcionais” – deficientes, problemas de conduta e superdotados, deveriam receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação;
1971	criado o Projeto Prioritário n.º35	Estabeleceu a educação de superdotados como área prioritária da Educação Especial

A Lei nº 4.024, de 1961, estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, abordando superficialmente a educação de "excepcionais" (termo utilizado na época para se referir às pessoas com deficiência). Essa lei indicava que a educação para "excepcionais" deveria, na medida do possível, integrar-se ao sistema geral de educação para promover a integração desses indivíduos na comunidade (LDBEN: 1961, Art. 89). No entanto, não previa uma reestruturação efetiva do sistema educacional para atender suas necessidades específicas, colocando a responsabilidade de adaptação no aluno.

Apesar das leis refletirem entre as décadas de 60 a 80 uma atenção “especial” aos superdotados, houve um avanço no sentido de repensar a educação não convencional, ganhou-se papel a discussão no sentido de promover a educação dos estudantes com atenção maior à necessidade de educação Especializada e avanço no pensamento dos indivíduos em suas múltiplas necessidades individuais.

Desde então, a educação especial no Brasil tem evoluído, gradualmente se afastando do modelo segregado em direção à inclusão e à busca por igualdade de oportunidades educacionais para todos. O resumo sumário a seguir trás normativas que influenciaram este processo e em si apontam o caminho adotado para inclusão de alunos com necessidades especiais.

Normativa	Síntese
Constituição Federal de 1988: Art. 208	“... afirma que o dever do Estado fornecer educação gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, inclusive, assegurando o atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência”



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

Estatuto da Criança e do Adolescente(1990) - 54 - III	“...ressalta a necessidade de prioridade no atendimento a esse direito, assegurando que políticas públicas e ações sejam voltadas para garantir esse acesso”
A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (Lei nº 9.394/1996)	A LDB assegura o direito à oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação preferencialmente na rede regular de ensino
Resolução CNE/CEB nº 2/2001	Estabelece princípios que devem nortear a Educação Especial, como a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, o atendimento educacional especializado, a flexibilização curricular, a formação continuada de professores, entreoutros.
A Política Nacional de Educação Especialna Perspectiva da Educação Inclusiva. Portaria nº 3.284/2003 do Ministério da Educação	Garante o direito à matrícula e à permanênciadoss alunos com deficiência na escola comum; Determina a promoção de acessibilidade nas escolas e a eliminação de barreiras físicas, arquitetônicas, de comunicação e atitudinais que possam dificultar a participação plena dos alunos com deficiência.
Conselho Nacional de Educação - CNE (2009) Resolução CNE/CEB nº 4/2009.	Esclarece o que é o AEE, seus objetivos e o público-alvo a ser atendido. : Estabelece que o AEE deve ser oferecido de forma complementar à escolarização e suplementar à formação do aluno, não substituindo a escola comum. Propõe que seja elaborado umPlano de Desenvolvimento do Aluno
Decreto nº 7.611 foi publicado em 17 de novembro de 2011	Reforça o compromisso do Brasil com a educação inclusiva, estabelecendo diretrizes importantes para garantir o acesso e a qualidade do ensino para todos os estudantes, independente de suas condições

Fonte: Elaborado pelos Autores (2023)

Nos 30 últimos anos, temos observado um aumento da conscientização e do compromisso com a inclusão, mas ainda enfrentamos desafios persistentes, como a falta



de recursos adequados (UNESCO, 2009), a necessidade de capacitação contínua dos educadores e a superação de preconceitos e estigmas associados às deficiências. O acesso a tecnologias assistivas e a utilização de métodos de ensino inovadores também estão se tornando cada vez mais relevantes para promover uma educação verdadeiramente inclusiva.

As salas de recursos multifuncionais

As salas de recursos multifuncionais são espaços nas escolas que desempenham um papel essencial na promoção da educação inclusiva. Elas são dedicadas a fornecer suporte educacional especializado e personalizado a alunos com deficiência ou necessidades educacionais especiais. A principal missão dessas salas é garantir que todos os alunos tenham acesso igualitário à educação e possam se manter nas escolas regulares.

Quando necessário, o atendimento nessas salas pode ser individualizado, levando em consideração as particularidades e necessidades únicas de cada aluno. Profissionais especializados, como psicólogos, pedagogos e fonoaudiólogos, podem estar presentes para oferecer suporte técnico e pedagógico. Além disso, essas salas disponibilizam uma variedade de recursos educacionais, como materiais adaptados e tecnologias assistivas, para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem.

Um dos objetivos fundamentais é promover a inclusão e integração dos alunos atendidos nessas salas com os demais colegas da escola. Isso contribui para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor. Além disso, as salas de recursos multifuncionais também oferecem suporte aos professores da escola regular, compartilhando estratégias e práticas inclusivas para que possam atender melhor às necessidades de todos os alunos em suas salas de aula.

Por meio do acompanhamento pedagógico e ajustes contínuos de estratégias, essas salas contribuem para o progresso e desenvolvimento dos alunos, garantindo que recebam a assistência necessária para alcançar seu máximo potencial na jornada educacional. Assim, as salas de recursos multifuncionais desempenham um papel crucial na construção de uma educação mais equitativa e acessível, onde todos os alunos têm a chance de prosperar e ter sucesso acadêmico.



O SERVIÇO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE

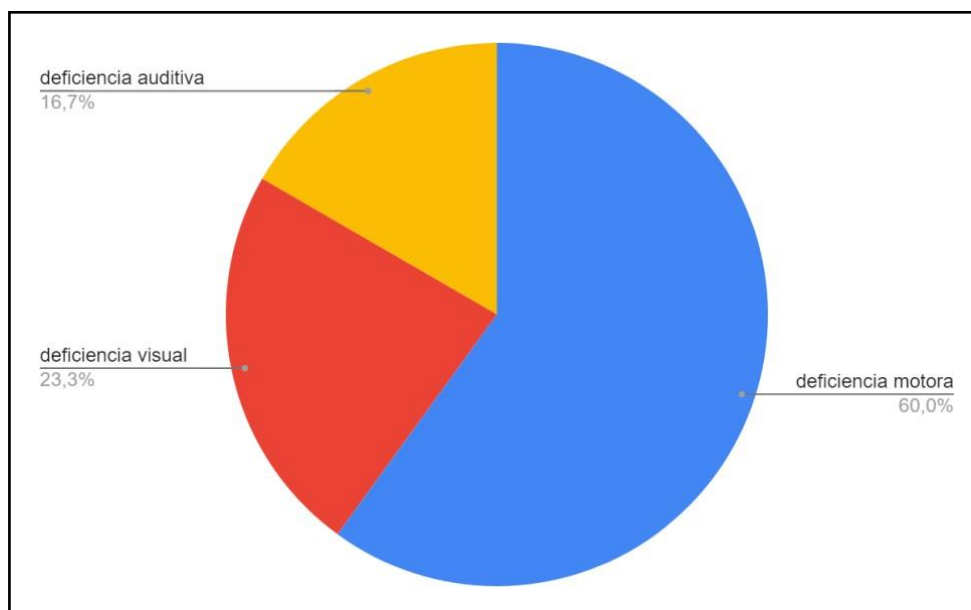
Os desafios do trabalho do AEE: início da análise

O trabalho pedagógico no Atendimento Educacional Especializado (AEE) apresenta inúmeros desafios que exigem habilidades e um profundo conhecimento das diversas necessidades de aprendizagem. As habilidades estão desde o entendimento da necessidade de

adaptar conteúdos, despertar interesse e promover participação a fim de promover a compreensão de um tópico ou tema específico até o profundo conhecimento de barreiras que poderia distanciar a vivência, experiencição de determinada necessidade a qual o indivíduo deve ser submetido para viver adequadamente em sociedade, seja esta literacia, numeracia, resolução de problema etc. ou até mesmo comunicativa, interacional etc.

Os educadores encontram alunos com uma grande variedade de necessidades de aprendizagem que muitas vezes estão comprometidas por deficiências de natureza física, visual, auditiva, intelectual, psicossocial ou múltipla e para cada uma dela ou conjunto das mesmas envolve um ou mais de um recurso, tecnologia, conhecimento ou ferramenta que deve por finalidade facilitar a aprendizagem do aluno.

Certamente, os recursos necessários ao desenvolvimento comunicativo de um aluno com surdez, diferem-se de um aluno com uma deficiência físico-motora, por exemplo. Segundo o IBGE, na cartilha do censo 2010 há um quantitativo de mais de 23% da população brasileira que sofre por algum tipo de deficiência física, no entanto, os recursos ainda são limitados, incluindo tecnologias assistivas e materiais especializados, isso representa um enorme desafio significativo no fornecimento de suporte abrangente aos alunos de uma forma geral. Vejamos a seguir um gráfico que mapeia o tipo de deficiência presente nas escolas, de acordo com dados do sensu 2010.



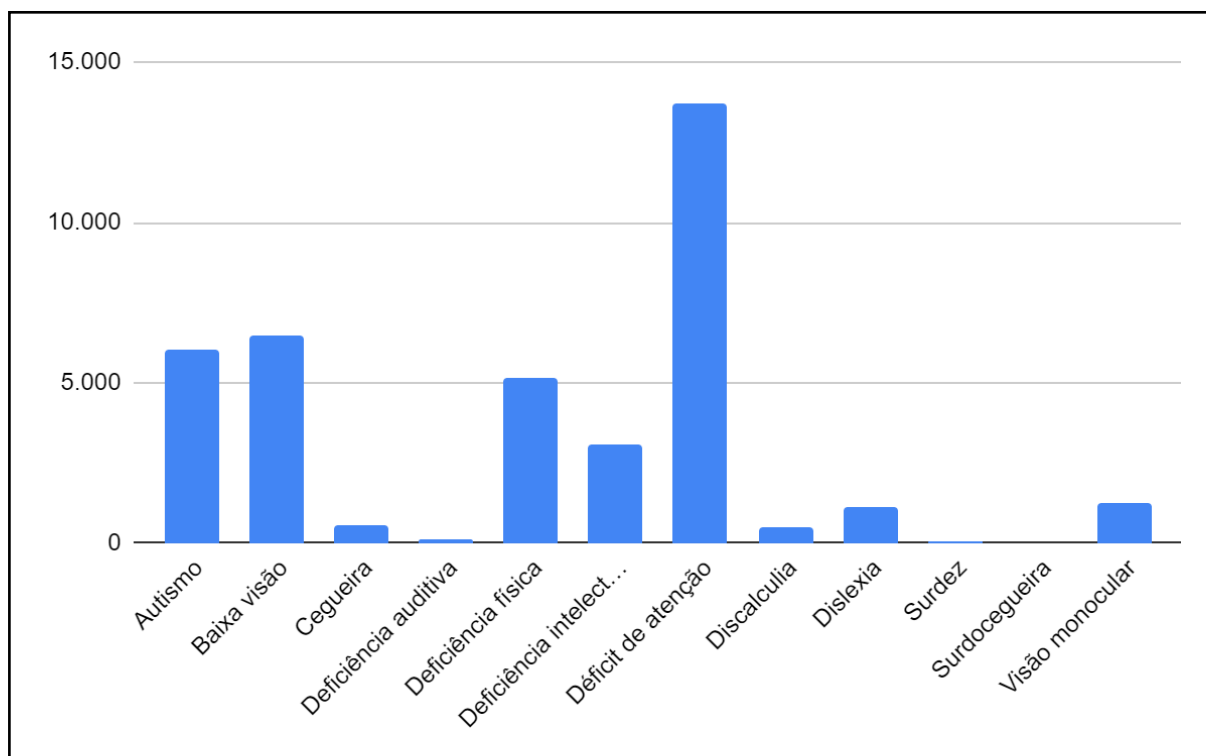
Fonte: Elaborado pelos Autores (2023)

Dados: IBGE:2010

Como é possível verificar, 16,7% de alunos matriculados na escola básica possuem algum tipo de deficiência auditiva (surdez parcial ou total); 23,3% por cento deste número são alunos que se enquadram caracterizados em algum tipo de deficiência visual (Cegueira (parcial ou total, visão monocular etc.) ou Baixa visão) e o último dado é referente à deficiência motora que corresponde 60% do total de educandos matriculados.

As deficiências visuais são de diversas classificações, assim como as demais deficiências, porém a construção de instrumentos promotores de ambiente e condições adequadas para alunos aprenderem em condições igualitárias estão distantes de serem realidades dadas as realidades encontradas nos cenários de muitos ambientes escolares e isto faz, necessariamente do profissional, em muitos casos o único recurso de muitas escolas.

Também consideramos observar as informações do último Exame Nacional do Ensino Médio, doravante ENEM para observar dados pertinentes ao atual recorte/situação da deficiência a partir das solicitações de atendimento especializado para o exame, veja o gráfico abaixo:



Fonte: Elaborado pelos Autores (2023)

DADOS: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2023)

Com base na análise dos dados apresentados, é possível identificar que as maiores demandas estão relacionadas às condições de baixa visão e déficit de atenção. O número de casos referentes a baixa visão totaliza 6.504, enquanto o déficit de atenção alcança uma contagem de 13.686 casos, conforme dados extraídos dos pedidos de atendimento especial que forma formalizados no ENEM 2023.

Comparativamente, observa-se que as condições de cegueira (577 casos) e surdez (64 casos) apresentam uma incidência relativamente menor. Portanto, em termos de frequência e solicitações, as condições de baixa visão e déficit de atenção emergem como as mais predominantes e demandantes de atenção e recursos.

Esses achados destacam a necessidade de direcionar políticas e estratégias educacionais para atender eficazmente a esse público diversificado, considerando suas especificidades e exigências particulares.

Os desafios do trabalho do AEE: *relações de confiança*

Outro ponto significativo é a construção de uma relação de confiança e empatia



com alunos com necessidades especiais com os profissionais de AEE. Apesar de necessária em qualquer interação, uma boa comunicação pode representar um desafio devido a barreiras de comunicação ou problemas comportamentais. A estreita colaboração com os pais, cuidadores e outros profissionais envolvidos no atendimento ao aluno é essencial para garantir a consistência e maximizar os resultados do aprendizado. Além disso, abordar o desenvolvimento emocional e social de alunos com necessidades especiais requer uma abordagem holística, incluindo treinamento de habilidades sociais e promoção de relacionamentos com colegas.

Os educadores do AEE geralmente lidam com turmas grandes e falta de pessoal de apoio, dificultando que haja de fato atenção individualizada e suporte a cada aluno. Adaptar e modificar materiais curriculares para torná-los acessíveis e atraentes para alunos com deficiência pode ser demorado e exigente. Para atender às necessidades em constante evolução de seus alunos, os educadores do AEE precisam se manter em constante atualização.

Trabalhar com alunos que muitas vezes lidam com frustração frequente ou baixa auto-estima devido a seus desafios de aprendizado requer paciência, empatia e uma mentalidade positiva. Equilibrar os objetivos educacionais e as expectativas de várias partes interessadas, como pais, administradores e formuladores de políticas, pode ser complexo em ambientes de AEE.

Superar estigmas sociais e equívocos em torno da deficiência é um desafio contínuo que afeta a inclusão e aceitação de alunos com necessidades especiais. Lidar com questões comportamentais e a implementação de estratégias de intervenção comportamental no cenário do AEE podem ser exigentes e requerem uma compreensão abrangente das necessidades individuais de cada aluno. Avaliar regularmente o progresso do aluno e estabelecer metas individualizadas apropriadas pode ser um desafio devido à variabilidade nas taxas e habilidades de aprendizado entre os alunos com necessidades especiais.

Os educadores do AEE frequentemente enfrentam muito estresse emocional e psicológico devido à natureza intensa de seu trabalho e à responsabilidade que têm em mudar o futuro de seus alunos. Além disso, a necessidade contínua de desenvolvimento e treinamento profissional para aprimorar as habilidades pedagógicas e manter-se



informado sobre os avanços nas práticas de educação especial é um desafio significativo para os educadores da AEE. Apesar desses desafios, os educadores do AEE desempenham um papel vital na promoção de oportunidades educacionais equitativas e na capacitação de alunos com necessidades especiais para atingir todo o seu potencial acadêmico e pessoal.

CONCLUSÃO

Em conclusão, a história da Educação Especial no Brasil reflete uma trajetória de evolução e transformação, marcada por avanços significativos rumo à inclusão e igualdade de oportunidades educacionais para todos os indivíduos, o que parece ser um sinal percebido pelos recentes avanços das discussões das últimas duas décadas. Desde as primeiras instituições especializadas até as normativas e políticas atuais, observamos um movimento contínuo em direção a uma educação mais acessível, diversificada e inclusiva, embora tardia. A valorização da diversidade, o reconhecimento das necessidades individuais e a busca por práticas pedagógicas inovadoras são pilares fundamentais nesse processo de construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ainda há desafios a superar, como a garantia de recursos adequados, a formação contínua de educadores e a desconstrução de preconceitos, mas são inegáveis o progresso alcançado e a importância de se manter o compromisso com uma educação verdadeiramente inclusiva e acolhedora para todos.

Em uma jornada marcada por mudanças significativas, a história da Educação Especial no Brasil revela um percurso de superação de barreiras e de construção de um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor. Desde os primórdios das instituições especializadas até as atuais diretrizes de educação inclusiva, testemunhamos uma evolução constante em direção à valorização da diversidade e à promoção da igualdade de oportunidades para todos os estudantes. A ênfase na individualidade, no respeito às diferenças e na implementação de práticas pedagógicas inovadoras tem sido essencial para impulsionar essa transformação educacional. Embora persistam desafios, como a necessidade de recursos adequados, a formação contínua dos profissionais da educação e a desconstrução de estigmas, é inegável o progresso alcançado e a importância de manter o compromisso com uma educação inclusiva e equitativa. Assim, reafirmamos a

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

importância de continuar avançando nesse caminho, buscando sempre aprimorar as práticas educacionais e garantir que cada aluno, independentemente de suas condições, tenha a oportunidade de desenvolver seu potencial máximo e contribuir de forma significativa para a sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 1.428, de 12 de setembro de 1854.** Regulamenta a criação Instituto dos Meninos Cegos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 12 de setembro de 1854, p. 17155. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1428-12-setembro-1854-508506-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 de Jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 26 de jun. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.**

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN): Lei nº 9.394/1996.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acessado em 12 de Outubro de 2023.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE): Lei nº 13.005/2014.** Disponível em: <<https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acessado em 12 de Outubro de 2023.

Centro Oftalmológico MG. **Conheça os principais tipos de cegueira e deficiência visual.** Disponível em: <<https://www.centrooftalmologicomg.com.br/blog/conheca-os-principais-tipos-de-cegueira-e-deficiencia-visual>>. Acesso em: 12 out. 2023.

CORDEIRO, Aliciene F.M.; SILVA, Maria Célia M.; SILVA, Maria José M. **Educação especial no Brasil: uma história contada a partir do Instituto Benjamin Constant (1854-1930).** Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD4_S>

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

A11_ID_14082020134026.pdf>. Acesso em: 12 out. 2023.

CORREA, Maria Angela Monteiro. **Educação Especial**: Textos da Disciplina - Aula 2. Disponível em: <<http://www.unirio.br/cch/escoladeturismologia/pasta-virtuais-de-docentes/maria-angela-monteiro-correa/educacao-especial-textos-da-disciplina/aula-2>>. Acesso em: 16 out. 2023.

INEP. **ENEM 2023**: Inep garante recursos de acessibilidade. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/enem/enem-2023-inep-garante-recursos-de-acessibilidade#:~:text=Nesta%20edi%C3%A7%C3%A3o%2C%20o%20Inep%20aprovou,do%20Enem%202023%20foram%20atendidas>>. Acesso em: 16 out. 2023.

LEITE, Maria. **Educação Especial**: Inclusão de alunos com deficiência no ensino regular. 2.ed. Editora XPTO, São Paulo, 2018.

Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. **História da Educação Especial no Brasil** – Séculos XIX e XX. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17822>>. Acesso em: 12 out. 2023.

UNIVERSIA. **Esboço histórico da educação especial e inclusão no Brasil**. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD4_S_A11_ID_14082020134026.pdf>. Acesso em: 12 out. 2023.